

ANFIP-MG na Campanha Salarial Conjunta

FRENTE MINEIRA

Entidades se reúnem para traçar estratégias de atuação conjunta em Minas Gerais.
Página 4



Associação integra os importantes movimentos de reivindicação pela recomposição salarial e a melhoria das condições de trabalho dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Após pressão, Governo oferece reajuste insuficiente.

Página 4



Arte: Giuliano Peixoto

ACESSO À INFORMAÇÃO

Matéria polêmica, divulgação de remuneração fere princípio de privacidade dos servidores públicos.
Página 3

SEMINÁRIO EM BH

Centresaf realiza, em outubro, seminário sobre direitos individuais e coletivos dos servidores.
Página 3



Entidades representativas de várias carreiras típicas de Estado se mobilizam em frente o Ministério do Planejamento, em Brasília, para pressionar o Governo Federal a dialogar com as categorias.

Página 5

TRABALHADORES DOMÉSTICOS

Entenda os direitos dessa categoria e se oriente para não ter dor de cabeça com a Justiça.
Página 7



Atualização cadastral

Não deixe de atualizar seus dados cadastrais junto à Associação. É muito importante para não perder as comunicações da ANFIP-MG.
Página 10

Novo custeio da GEAP

Veja como ficaram os valores das mensalidades dos planos de saúde da fundação.
Página 11

EVENTOS

Churrasco em Juiz de Fora e Auditor Talento Musical são o destaque dos eventos realizados pela ANFIP-MG esse mês.
Página 12

MOSAP

Conselheiros da ANFIP-MG vão a Brasília pedir apoio aos parlamentares na aprovação da PEC 555.
Página 6

▶ Editorial

Novas forças para grandes desafios

Os Conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP-MG, eleitos para o biênio 2012/2014, encontram-se em exercício desde o dia 2 de julho. O número de candidatos inscritos para concorrer à eleição e o resultado das urnas demonstraram que nossa entidade continua forte e despertando o interesse dos associados.

Entre os eleitos houve, igualmente, uma significativa renovação de nomes, fato que certamente proporcionará uma oxigenação nas ações e projetos da Associação.

Quero, juntamente com os novos conselheiros, agradecer a todos que depositaram sua confiança participando das eleições e optando por nos escolher. E também ressaltar que todo o grupo está consciente de suas responsabilidades e que não medirá esforços para bem desempenhar as atribuições de cada Pasta, em prol do interesse dos associados e defesa da categoria.

Aproveito ainda para parabenizar os associados que se disponibilizaram, pela primeira vez, a participar como candidatos aos Conselhos Executivo e Fiscal. São demonstrações como estas



que fortalecem nossa convicção de que temos que dar continuidade ao legado de lutas e vitórias que fazem a história de nossa entidade.

Parabenizo também os conselheiros que atuaram no biênio 2010/2012, pela dedicação e empenho nos dois anos que estiveram à frente da ANFIP-MG, reafirmando o convite para continuarem cedendo parte de seu tempo para colaborar na defesa dos interesses dos associados e da categoria.

Ilva Lauria
Presidente do Conselho Executivo

Mensagem do CE aos associados

O compromisso do Conselho Executivo sempre será proporcionar o bem estar e o desenvolvimento dos associados, tanto profissional quanto pessoal. Nosso propósito é gerar mudanças e obter resultados que proporcionem benefícios financeiros e culturais, lazer e, ainda, maior integração entre todos.

Nossa meta é TRABALHAR para transpormos (ou vencermos, quem sabe?) os desafios que nossa categoria tem pela frente. Confira abaixo alguns deles.

Campanha Salarial – Participar ativamente de todas as ações e mobilizações em prol da reposição das perdas salariais. Desde 18/06/2012, os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil adotaram, por tempo indeterminado, operação padrão na zona primária e crédito zero na zona secundária, como parte da mobilização pela reposição salarial e a ANFIP-MG apoia esta iniciativa.

Lei de Acesso à Informação – Com relação à lei nº 12.527, de 18/11/2011, que trata em especial da divulgação nominal dos rendimentos dos servidores, a ANFIP-MG apoia a disponibilização desses rendimentos de forma transparente e reconhece que a lei é importante para ampliar o controle social. Mas não concorda com a divulgação nominal dos ganhos dos servidores, pois tal publicidade não contribui para o avanço do controle social e coloca em risco a segurança

dos servidores.

PEC 555/2006 – A proposta trata do fim da cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados (contribuição de inativos). A ANFIP-MG apoia integralmente a PEC 555 e desenvolverá todas as ações conjuntas com a ANFIP nacional para aprovação da proposta.

PEC 443/2009 e PEC 147/2012 – Elas propõem para os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil subsídio equivalente a 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal.

A ANFIP-MG apoia integralmente e desenvolverá todas as ações conjuntas com a ANFIP nacional para aprovação das propostas.

Convite especial Participe de nossa gestão

Convidamos nossos associados a participarem e se engajarem nas atividades da ANFIP-MG.

Gostaríamos de contar com a experiência de todos na implementação de novos métodos de trabalho e de procedimentos e também para discutir novas ideias. É importante que todos se integrem,

de alguma forma, aos eventos promovidos pela entidade.

Assim, teremos condições de lutar em defesa dos associados e do interesse público.

**Contamos com sua
colaboração e sugestão!**

▶ Novos associados

- **Maria de Fátima Figueiredo e Silv** – Pensionista/BH ● **Marlene Pereira de Souza** – Pensionista/Muriae ● **Willian José Devotti** – Ativo/BH ● **Maria da Consolação dos Santos Oliveira** – Ativa/BH ● **Elisabeth Mendes Bastos Chaves** – Ativa/BH ● **Emar Eustáquio Nunes Linhares** – Ativo/BH ● **Suerdmar José Lelis** – Ativo/BH ● **Sebastião da Silva Lima** – Ativo/BH ● **Margot Andrade Silva de Alvarenga** – Ativa/BH ● **Noêmia Damato Dutra** – Ativa/BH ● **Elísio Ernesto Gomes Dantas** – Ativo/BH

A ANFIP-MG agradece a filiação dos novos associados e se compromete a aprimorar cada vez mais as ações que atendam, de forma efetiva, aos interesses e expectativas de todos em favor do fortalecimento e da união de toda a categoria.



Órgão Informativo da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal de Minas Gerais - ANFIP-MG
Fundador: Benedito César

Conselho Executivo da ANFIP-MG

Titulares
Presidente
– **Ilva Maria Franca Lauria**
Vice-presidente
– **Afonso Ligório de Faria**
Vice-presidente de Administração
– **Ana Maria Morais da Silva**
Vice-presidente de Finanças e Patrimônio
– **Maria Teresa Teixeira de Lara**
Vice-presidente de Política de Classe e Cultura

Profissional
– **Carlos Roberto Bispo**
Vice-presidente de Comunicação Social e Relações Públicas
– **Márcio Soares Pereira**
Vice-presidente de Aposentados, Pensionistas e Serviços Assistenciais
– **Adelmo França Malta**
Vice-presidente de Esportes e Eventos Sociais
– **Ademir Ribeiro Sousa**
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos
– **Nelson Madalena Penitente**
Suplentes
Euler de Figueiredo Santos - 1º suplente
Maria José Comanduci - 2º suplente
Geraldo Mendes Linhares - 3º suplente
Antônio Corrêa Porto - 4º suplente

Conselho Fiscal
Titulares
Presidente – **Marcos Barbonaglia da Silva**

Coordenadora – **Edelweiss Guimarães Lisboa**
Relatora – **Elsa Geralda dos Santos Zaidan**
Suplentes
Albertina Maria Fonseca - 1º suplente
Paulo Sérgio Lages - 2º suplente
Washington Luiz de Souza - 3º suplente

Representantes da ANFIP-MG
Wânia de Fátima Paiva Pimentel (Belo Horizonte)
Gabriel da Silva Neto (Contagem)
Lázaro Idino Bagliano (Coronel Fabriciano)
Maria do Carmo Lacerda (Divinópolis)
Lázaro Idino Bagliano (Governador Valadares)
Elsa Geralda dos Santos Zaidan (Juiz de Fora)
Cecília Buzzelli dos Santos (Juiz de Fora)
Albertina Maria Fonseca (Sete Lagoas)
Luiz Roberto Aguiar (Uberaba)
Inês Rodrigues Calil Daher (Uberlândia)
Cloves Francisco Braga (Uberlândia)
Maria Regina de Souza (Varginha)

Conselho Editorial

Ademir Ribeiro de Sousa, Afonso Ligório de Faria, Carlos Roberto Bispo, Ilva Maria Franca Lauria, Jamir Campos de Cerqueira, Márcio Soares Pereira
Jornalista responsável: Giuliano Peixoto (Reg. Prof. MG 15069 JP)

Fotos: Giuliano Peixoto, ANFIP, DS BH e Affemg
Programação Visual: Sygno Design Gráfico
(31) 3485-3082 / sygnoart@uaigiga.com.br
Tiragem: 1.100 exemplares

Endereço para correspondência:

● Rua Carijós, 150, 7º Andar
Cep: 30120-060 - Belo Horizonte-MG
● Tel: (31) 3201-3582 ● Fax: (31) 3201-4829
● e-mail: anfipmg@terra.com.br
● www.anfipmg.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da ANFIP-MG

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Divulgação de remuneração é tema polêmico entre os servidores

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, mas ainda está dando o que falar. Desde então, órgãos do governo têm providenciado, em seus sites, a exposição das informações previstas no dispositivo.

Aprovada com o objetivo de regulamentar o acesso às informações e/ou documentos gerados pelo governo em todos os âmbitos, a norma prevê também a divulgação dos contracheques dos servidores públicos, inclusive dos Auditores Fiscais ativos (os vencimentos dos aposentados ainda não têm previsão de serem divulgados).

É aí que se encontra a polêmica: uns defendem que a função exercida pelos servidores é pública, não existindo, portanto, justificativa para que suas informações sejam mantidas em sigilo. Para outros, expor seus dados pessoais vai de encontro ao princípio da privacidade, previsto na Constituição.

O fato é que o Supremo Tribunal Federal, a pedido da Advocacia Geral da União (AGU), já derrubou liminar da Justiça Federal em Brasília – ratificada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região –, que suspendia a divulgação nominal das remunerações dos servidores públicos.

Entendimento da ANFIP-MG e reivindicações de alteração na Lei

A ANFIP-MG entende que as informações pessoais dos Auditores Fiscais, por medida de segurança, não devem ser expostas e por isso endossa o coro das entidades que reivindicam alterações na regulamentação da lei.

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que tem a ANFIP Nacional em sua vice-presidência, encaminhou aos Poderes da República, no dia

1º de agosto, uma nota pública em que propõe alterações na divulgação dos vencimentos dos servidores. De acordo com a nota, o documento busca sensibilizar o governo e a opinião pública para “o risco de violação aos direitos constitucionais à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem dos servidores públicos, em face da interpretação que tem sido empregada à Lei nº 12.527/2011”.

Visão de especialista

O advogado José Alfredo Borges, do escritório Borges, Hasenclever e Vasconcellos – Sociedade de Advogados, que impetrou mandado de segurança contra a divulgação nominal dos contracheques de servidores públicos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, converrou com a reportagem do jornal O Fiscal sobre o assunto. Confira.

Sob o ponto de vista legal, como o senhor avalia a Lei nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação). Em que aspecto ela prevê a publicação dos rendimentos dos servidores públicos?

O fundamento constitucional originário da divulgação de dados relativos aos documentos mantidos por órgãos públicos, que se constitui na Lei nº 12.527, de 2011, é o inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal. Especificando tal disposição, a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, deu nova redação ao § 3º do artigo 37, acrescentando-lhe um inciso II, que dispõe explicitamente sobre disciplinar o acesso dos usuários a registros públicos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no artigo 5º, incisos X e XXXIII. A remissão do legislador constituinte ao inciso X do artigo 5º foi feita, exatamente, para determinar que a lei reguladora do acesso teria que respeitar a inviolabilidade da intimidade,



Foto: Affemg

da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Em relação a tais informações garantidas pelo sigilo, o acesso seria restrito à pessoa diretamente interessada ou, em se tratando de morto ou ausente, seria restrito ao cônjuge, ascendente ou descendente.

A Lei Federal nº 12.527, de 2011, não modificou, em essência, o que dispunham leis anteriores por ela revogadas, a respeito das informações de caráter pessoal sobre remuneração pessoal dos servidores.

Assim, os abusos e extravasamentos interpretativos têm ocorrido é no plano administrativo, na regulamentação das disposições da Lei nº 12.527. Alguns órgãos públicos, interpretando a disposição regulamentar que estabelece que a divulgação da remuneração dos servidores deva ser feita de maneira individualizada, decidiram por publicar em seus sites a relação individualizada e nominal dos servidores e das respectivas remunerações. Outros órgãos procuraram com-

patibilizar essas normas com as disposições constitucionais garantidoras da inviolabilidade da intimidade e da vida privada. Eu acho que o correto é esta segunda alternativa. A divulgação nominal, a par de ofender o direito à intimidade e à vida privada do servidor público, agride também o direito do mesmo à segurança, garantido pelo *caput* do artigo 5º da Carta Magna.

Qual a possibilidade de se obter êxito em barrar a publicação nominal dos rendimentos?

Entendo que há grande probabilidade na obtenção de êxito de uma demanda que não ataque em si o direito de acesso à informação dos atos públicos, mas à maneira como a mesma é feita, com a publicação nominal dos rendimentos de cada servidor, pois tal tipo de publicação é ofensiva não só ao direito à intimidade e à vida privada do servidor, mas também ao seu direito à segurança.

Existe a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal decidir sobre a não divulgação total?

Seguramente, a questão chegará ao STF, para decisão sobre o mérito da mesma, e não somente para decisão sobre liminares suspensivas ou concessivas de tal divulgação. Tal questão tem assento constitucional, o que abre a picada para ser levada à apreciação do Tribunal, para decisão pelo Colegiado.

CAMPANHA SALARIAL

Governo oferece reajuste de 15,8% em três anos

No dia 17 de agosto de 2012, o governo decidiu romper o silêncio e apresentou uma contraproposta de reajuste salarial em reunião realizada entre o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça; a secretária adjunta, Marcela Tapajós Silva; a coordenadora geral de Negociação e Relações Sindicais; a ANFIP Nacional e as demais entidades representantes dos Auditores-Fiscais da RFB e do Trabalho. O valor oferecido foi de 15,8% – parcelados entre os anos de 2013 a 2015.

Mesmo com toda pressão, cenário de paralisações e acumamento, de acordo com Sérgio Mendonça,

o Governo só trabalha com a proposta fechada para o triênio 2013-2015, o que está aquém do valor pleiteado pelas carreiras: 30,19%, conforme estudo realizado pela ANFIP Nacional.

Outra questão discutida na pauta foi a reestruturação da transposição na carreira, que passaria a ter três classes e seis padrões, com a diferença de 4,5% entre um padrão e outro. A secretária-adjunta, Marcela Tapajós, concordou com as entidades quanto à necessidade de pensar em outros modelos de reestruturação. “Como o modelo atual traz muita insatisfação, temos que estudar outras formas.” O secretário, por sua vez, informou que a visão que o governo

vem adotando é a de tornar as carreiras mais longas. No entanto, comprometeu-se a entrar em contato com o Ministério da Fazenda, na pessoa do secretário-executivo, Nelson Barbosa, e do próprio secretário da RFB, Carlos Alberto Barreto, para estudar a questão com mais atenção.

Rejeição da proposta

A proposta de reajuste apresentada pelo Governo Federal foi rejeitada pela União das Carreiras de Estado (UCE), da qual a ANFIP Nacional faz parte, no dia 20 de agosto. A UCE “entende que a proposta do governo é insuficiente, pois sequer atende à reposição das perdas inflacionárias, conforme



exigência da Constituição Federal”.

A categoria chegou a reivindicar um reajuste escalonado de 6%, 8% e 10%, em três anos, mas o Governo Federal não aceitou e se comprometeu, por meio de um Termo de Compromisso, a dar encaminhamento a alguns itens da pauta reivindicatória da categoria. No dia 30 de agosto, mais uma vez, as entidades representantes dos Auditores-Fiscais não aceitaram as condições, em assembleias realizadas com a base, e seguem sem acordo.

(Com informações da ANFIP Nacional)

FRENTE MINEIRA DE DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

Até a resposta do Governo, o cenário foi de muita mobilização

A ANFIP-MG integra o movimento que luta pela recomposição salarial e melhoria das condições de trabalho dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, que acontece em todo o Brasil. Em Minas Gerais, entidades de carreiras típicas de Estado se juntaram no final do mês de julho para endossar o coro das reivindicações ao Governo Federal, formando a Frente Mineira de Defesa do Serviço Público.

Durante os meses de julho e agosto foram realizadas várias reuniões, nas quais foram traçadas estratégias de atuação.

O senso comum das diversas representações que compõem a Campanha Salarial 2012 era de que a má vontade do Executivo em negociar só poderia ser enfrentada com pressão e organização de todas as entidades, o que proporcionou algum resultado. Acuada, o Governo Federal acabou apresentando a contraproposta.

Ações realizadas pela Frente Mineira

Algumas das ações planejadas foram o apoio à mobilização dos servidores do Banco Central, realizada no dia 8 de agosto, em frente ao órgão, e um atendimento ao público, realizado no dia 16 de agosto, em frente



Representantes das entidades da Frente Mineira discutem atuação conjunta.

ao Ministério da Fazenda, em Belo Horizonte.

No dia 8 de agosto, os Auditores-Fiscais fizeram paralisação de 24h, fora da repartição (saiba mais no endereço <http://migre.me/ano5>). E nos dias 22 e 23, nova paralisação fora da repartição, sem assinatura de ponto. No

dia 16 de agosto, o atendimento mais procurado foi o relacionado à Previdência Social (saiba mais no endereço <http://migre.me/anom1>).

Veja mais notícias sobre a

atuação da Frente Mineira nos endereços abaixo:

- <http://migre.me/anopr>
- <http://migre.me/anoqs>
- <http://migre.me/anorn>
- <http://migre.me/anosi>

As entidades que compõem a Frente Mineira são:

ANFIP-MG – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais
Aafit-MG – Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho em Minas Gerais
ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal
Affemg – Associação dos Funcionários Fiscais de Minas Gerais
APCF – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal
ASSIBGE – Associação dos Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DS-BH – Delegacia Sindical do Sindifisco Nacional em

Belo Horizonte
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
Sinaít – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
Sinal – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Sindpf-MG – Sindicato dos Delegados de Polícia Federal no Estado de Minas Gerais
Sindifisco-MG – Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual em Minas Gerais
Sinfisco-BH – Sindicato dos Auditores de Tributos Municipais de Belo Horizonte
Unafisco-MG – União Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil



Conselheiros e associados da ANFIP-MG orientam o público em frente ao Ministério da Fazenda.

CAMPANHA SALARIAL

Ato público histórico reúne milhares de servidores em Brasília

A tarde do dia 8 de agosto foi marcada por ato público histórico na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em Brasília/DF. A mobilização contou com a presença de milhares de pessoas e dezenas de associados da ANFIP-MG. Também participaram do ato os conselheiros da entidade: Ilva Maria Franca Lauria; Ademir Ribeiro de Sousa; Ana Maria Morais da Silva; Marcos Barbonaglia da Silva; e Elsa Geralda dos Santos Zaidan.

O protesto foi marcado pelos discursos dos dirigentes das diversas entidades e de alguns políticos e, ao final da tarde, os manifestantes se dirigiram ao Palácio do Planalto. Policiais que tentavam organizar o trânsito chegaram a utilizar spray de pimenta contra os manifestantes. À noite, o secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público, Sérgio Mendonça, se reuniu com os representantes das entidades.

O presidente da ANFIP Nacional, Álvaro Sólon de França, salientou que o movimento não irá cessar enquanto as recomposições salariais não forem feitas. Ele ressaltou ainda que muitas categorias que antes nem tinha sindicato hoje estão mobilizadas e que isso obrigaria o governo a refletir e apresentar uma proposta no dia 13. “A nossa unidade vai fazer com que a intransigência do governo seja quebrada”, exaltou Sólon. Ele questionou também a falta de reposição do quadro efetivo de Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, alegando que a falta de mão-de-obra não permite a atuação efetiva no combate aos sonegadores.

Também participaram do ato público e manifestaram seu apoio à causa dos servidores os deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP); Chico Alencar (PSOL-RJ); Ivan Valente (PSOL-SP); e Izalci Lucas (PR-DF).

Diante da negativa do Executivo em dialogar sobre a concessão de reajuste, o deputado federal Ivan Valente (PSOL/SP) apoiou a greve e se referiu ao argumento da crise internacional como mentiroso. Segundo ele, “antes não tinha crise, o país crescia 6% e também não tinha aumento para o funcionalismo público. Nós temos outra visão. É preciso fortalecer o Estado brasileiro, valorizando o serviço público, e não desgastá-lo frente à população”. O deputado acusou as atitudes do governo – como corte de pontos e assédio moral durante a greve dos servidores – como dignas de regimes autoritários. Ele ainda cobrou uma explicação à população pelo destino da arrecadação federal e ressaltou que “a

valorização do serviço público é sinal da melhora da qualidade do atendimento à população e da eficiência da máquina pública”.

A reivindicação dos servidores públicos federais

Os servidores das diversas carreiras de Estado reivindicam, desde o ano passado, a valorização e o fim do sucateamento do serviço público e a recomposição salarial que, para algumas categorias, se arrastam por seis anos.

Eles cobravam também a abertura de diálogo. O Governo Federal não cumpriu o prazo estipulado por ele próprio para se posicionar (31/07/2012) e informou que abriria rodada de negociações entre os dias 13 e 17 de agosto, o que, para as entidades, foi uma manobra com objetivo de anular a reivindicação e não conceder reajuste, já que o prazo para entregar a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013 ao Congresso Nacional terminou em 31 de agosto de 2012.

Belo Horizonte: Frente Mineira de Defesa do Serviço Público

Em Minas Gerais, as entidades que compõem a Frente Mineira de Defesa do Serviço Público, entre elas a ANFIP-MG, também realizaram um ato público na manhã de quarta-feira, 8, em frente ao Banco Central do Brasil, em Belo Horizonte.

Mais de 60 Auditores-Fiscais estiveram presentes e protestaram pela recomposição salarial e contra o Decreto nº 7.777, que dispõe sobre as medidas para a continuidade de atividades e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos promovidas pelos servidores públicos federais.

O vice-presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Afonso Ligório de Faria, representou a entidade e ressaltou que “não pleiteamos aumento, mas tão somente a recomposição dos nossos salários”.

O movimento demonstra a crescente força e união das entidades na luta pela valorização dos servidores.



Encontro do Mosap reforça mobilização em favor da PEC 555



Conselheiros da ANFIP-MG pedem apoio ao deputado federal Lincoln Portela (PR-MG), ao centro.

A ANFIP-MG participou, entre os dias 7 e 8 de agosto, de mobilização do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), realizado no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

O objetivo era sensibilizar os parlamentares a assinarem requerimentos de inclusão da PEC 555/2006 para votação no Plenário. A proposta extingue a cobrança previdenciária de inativos e pensionistas.

Representaram a ANFIP-MG os conselheiros Ilva Maria Franca Lauria; Ademir Ribeiro de Sousa; Ana Maria Morais da Silva; Marcos Barbonaglia da Silva; e Elsa Geralda dos Santos Zaidan.

A mesa de abertura foi coordenada pelo presidente do Mosap, Edison Guilherme Haubert. Ele informou que o objetivo é conseguir o máximo de requerimentos para que o presidente da Câmara, Marco Maia, coloque a PEC em discussão no Plenário.

O presidente da ANFIP Nacional – que é uma das apoiadoras do movimento –, Álvaro Sólton de França, lembrou que a luta pela PEC 555 é de todos os servidores públicos e não apenas de aposentados e pensionistas.

De acordo com o ex-deputado Carlos Mota, autor da PEC, “a contribuição dos inativos é uma tunga que o governo perpetrou contra os aposentados.



Da esquerda para a direita: Marcos Barbonaglia da Silva, Álvaro Sólton de França (presidente da ANFIP), Elsa Geralda dos Santos Zaidan, Ana Maria Morais da Silva, Ademir Ribeiro de Sousa e Ilva Maria Franca Lauria.

É um atentado à lógica cobrar contribuição dos aposentados”, justificou.

Atuação continua em Minas Gerais

De acordo com a presidente do Conselho Executivo da Associação, Ilva Maria Franca Lauria, o tema também deverá ser trabalhado nas bases dos deputados. “Já estamos contatando as entidades da Frente Mineira de Defesa do Serviço Público para atuarmos conjuntamente em Minas Gerais. O objetivo é intensificar esse trabalho parlamentar e conseguir o máximo de requerimentos”, ressaltou Lauria.

A presidente afirmou ainda que, em conversa com os assessores dos deputados, percebeu que

muitos se mostraram favoráveis à inclusão desse importante tema na pauta de votação e que a expectativa é que seja aprovado ainda este ano.

A ANFIP-MG segue firme nesse propósito e conclama a TODOS OS SERVIDORES que têm contato

com parlamentares, inclusive os associados, para que os sensibilizem na assinatura do requerimento. Esta será uma vitória de todos os servidores.

Confira no endereço <http://migre.me/aeoJg> a publicação da ANFIP Nacional sobre a PEC 555.

Reunião do Conselho de Representantes

A presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ilva Maria Franca Lauria, participou pela primeira vez da reunião do Conselho de Representantes – órgão da ANFIP Nacional que é composto pelos representantes dos estados e do Distrito Federal –, que aconteceu no dia 9 de agosto, em Brasília.

Na reunião, entre outras questões, foram analisadas as últimas ações da entidade, como as mobilizações realizadas na Esplanada dos Ministérios (em favor da recomposição salarial dos Auditores-Fiscais) e na Câmara dos Deputados (inclusão da PEC 555 na pauta de votações).

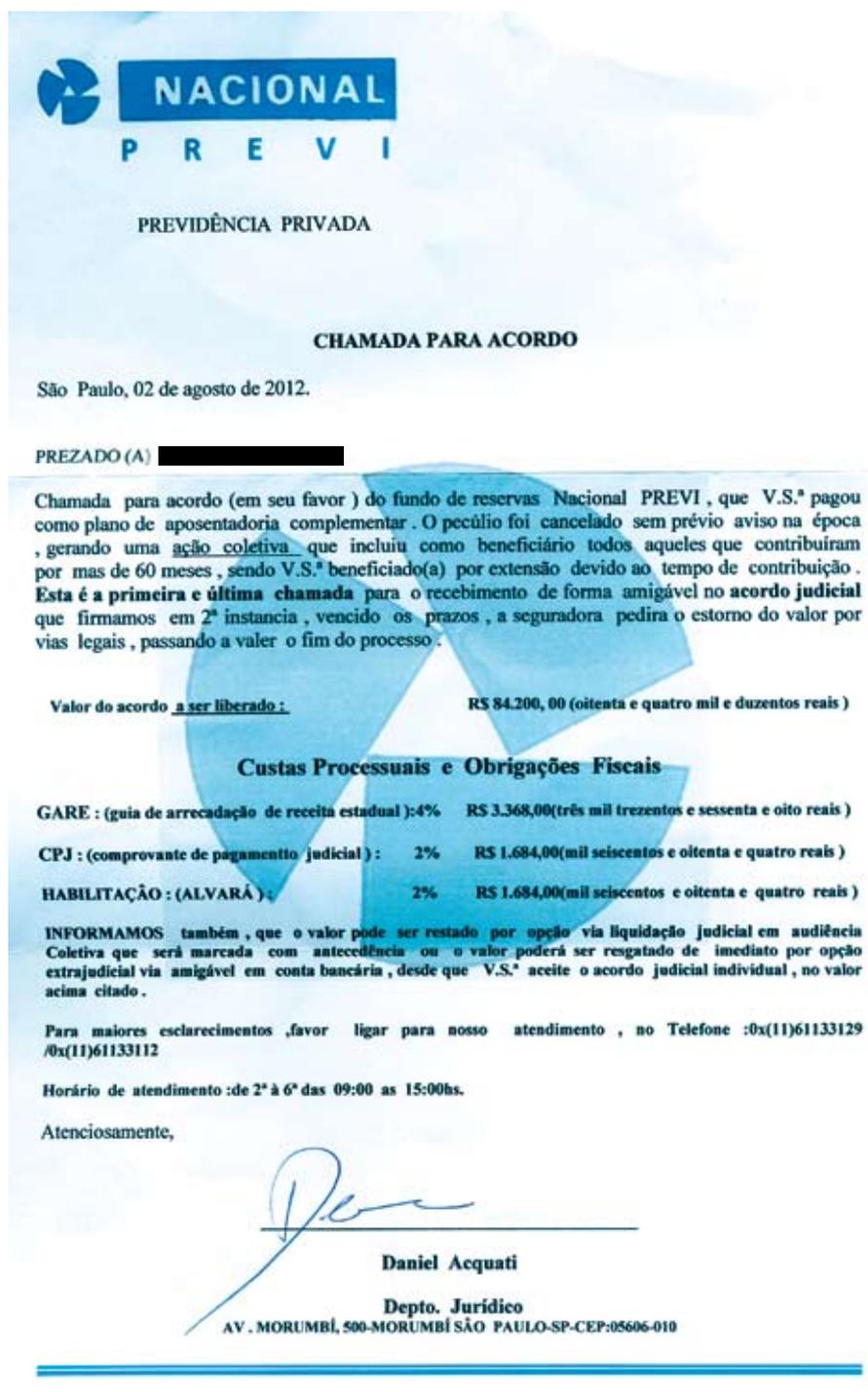
Atenção para golpes

Tendo em vista o grande número de associados que receberam ligações ou correspondências da "NACIONAL PREVI" para acordo a ser feito acerca de um suposto resgate financeiro, fruto de períodos correspondentes a contribuições de plano de previdência privada, o Departamento Jurídico da ANFIP esclarece que trata-se de um golpe, tendo em vista que a associação supracitada não existe, o que foi verificado após buscas pelo site da Receita Federal do Brasil e outros órgãos.

O golpe funciona da seguinte forma: a suposta associação, por telefone ou correspondência, entra em contato com os associados informando que devido à contribuição eles teriam o direito a resgate por ultrapassarem 60 meses pagos. Entretanto, o associado teria de desembolsar quantias relativas a custas processuais.

(As informações são da ANFIP Nacional)

Veja carta recebida por um associado da ANFIP-MG:



Conhecer as realizações da ANFIP-MG é um direito de todos

Um dos objetivos constantes da ANFIP-MG é o estreitamento dos laços entre a entidade e seus associados. O nosso principal propósito é entender e atender suas demandas, sem exceções.

Por isso, estamos iniciando uma campanha de atualização de cadastro. Precisamos (re) estabelecer uma via de contato vigorosa com os associados, para termos a certeza de que todos receberão as comunicações enviadas pela Associação, muito importantes para mostrar o que estamos fazendo em seu benefício. Esse é um direito de cada associado.

Além disso, contamos com a participação de todos para nos pautar em melhores ações, que visem o bem-estar e suporte em diversos aspectos de interesse dos associados.

Acesse o endereço <http://www.anfipmg.org.br/registre.php> e registre-se para receber nossas informações.

Caso tenha alterado seu endereço, telefone ou email, nos informe pelos canais <http://www.anfipmg.org.br/fale.php>, anfipmg@terra.com.br ou pelo telefone (31) 3201-3582.

É muito importante que todos fiquem atentos. Muitas vezes, uma informação imprescindível e urgente não chega em tempo hábil, e alguns perdem o prazo para alguma ação. Contamos com a colaboração de cada um!

Nota: caso não utilize computador, informe, se possível, o email de algum parente, para ficar por dentro das novidades.

Centresaf realiza seminário sobre direitos individuais e coletivos dos servidores públicos

As entidades que compõem a Frente Mineira de Defesa do Serviço Público, entre elas a ANFIP-MG, apoiam a realização do seminário "Direitos Individuais e Coletivos dos Servidores Públicos", que será realizado no dia 5 de outubro, de 14h a 17h, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O evento é uma parceria entre o Centro de Treinamento Regional da Escola de Administração Fazendária em Minas Gerais (Centresaf-MG) e a UFMG, em comemoração aos 120 anos da Faculdade de Direito.

O seminário discutirá temas em foco sobre servidores públicos: direitos individuais e coletivos, como greve, datas-base, condições de trabalho, entre outros assun-

tos, além da Lei de Acesso à Informação. Dois palestrantes já estão confirmados: Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, desembargadora do TRT/RJ (1ª Região) e o Dr. Florivaldo Dutra de Araújo, pesquisador e professor da UFMG.

Outras informações sobre o evento serão repassadas oportunamente.

▶ Nossa Gente

Agradecimento à confiança dispensada

Caríssimos companheiros e companheiras de jornada:

Mahatma Gandhi tinha por filosofia de vida que *“a alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido. Não na vitória propriamente dita.”*

É justamente este o meu sentir pessoal após ter, pela primeira vez, concorrido a uma vaga do Conselho Executivo de nossa grandiosa ANFIP-MG, da qual sou orgulhosamente filiado desde meu ingresso como Auditor Fiscal, e lá se vão mais de 28 anos.

Estou verdadeiramente FELIZ por ter tido a coragem de oferecer meu nome à apreciação de meus nobres colegas que, com certeza, refletiram o suficiente antes de participar ou não do processo eletivo, sendo certo que todos aqueles que decidiram participar, dando o seu voto de confiança e apoio, acertaram em cheio, porque, sem qualquer resquício de dúvidas, estamos vivendo uma época de turbulências em todos os sentidos e não podemos de maneira alguma virar as costas para a política, notadamente a política de classe, já que necessitamos defender bravamente e de forma inteligente nossos interesses profissionais, além de garantir nossos direitos já conquistados e buscar novas conquistas para nossa categoria, que é imprescindível no cenário econômico nacional.

Neste sentido, quero agradecer de coração a cada um dos que acreditaram em minha proposta de trabalho, dando-me o seu importantíssimo e valioso voto. Como você já deve saber, na

contagem geral, o total de votos que obtive não foi suficiente para me tornar um membro efetivo do Conselho Executivo, mas nem por isso deixei de estar feliz, pois estava orgulhosamente posicionado como primeiro suplente e, dessa forma, pronto, apto e disposto a atuar durante a gestão 2012/2014, caso fosse convocado, o que realmente ocorreu bem mais rápido do que eu esperava, pois com a renúncia da Vice-Presidente de Esportes e Eventos Sociais, Maria Elizabeth Vieira, fui chamado a ocupar esta importante cadeira em nossa Agremiação. E veja só que ironia da vida: no momento de minha vida em que quase estou necessitando de uma “cama” sou agraciado com uma “cadeira” e agora é só esperar que Deus me dê vida longa e muita saúde para atuar com competência, responsabilidade, ética profissional, serenidade e muita disposição, já que, não sei bem quanto aos outros membros, mas a mim sou consciente de que me faltam condições e experiência para exercer uma gestão profissionalizada porque jamais participei do Conselho Executivo da ANFIP ou de qualquer outra entidade associativa inegavelmente permeada de tipicidades e particularidades.

Acredito e tenho certeza de que iremos fazer todo o possível para superar todas as dificuldades e percalços e, assim, representar dignamente toda nossa categoria, defendendo bravamente nossos interesses, sem perder de vista que TUDO o que queremos temos direito e merecemos é ser FELIZ.

Ademir Ribeiro de Sousa

Aconteceu em São Tomé das Letras

Por Evandro Costa
Caxambu-MG

Em março de 1968, a unificação da Previdência Social continuava causando alegrias e decepções. O chefe da região fiscal do novo INPS em Varginha, Minas Gerais, nessa época era o Humberto Tavares de Aguiar, homem forte, educado e expedicionário da FEB. Um apaixonado pela Previdência Social, mostrava entusiasmo e alegria pela unificação dos Institutos. Ele queria uma fiscalização imediata na mística localidade de São Tomé das Letras.

Certo dia, determinou:

– Evandro, acredito que você já ouviu falar acerca da pequena localidade de São Tomé. Ali vivem centenas de trabalhadores da extração das famosas e ricas “pedras de São Tomé”, os quartzitos. Há muitos anos esta cidade não sofre fiscalização e quero que seja feita em “vassourão” (de porta em porta).

Parti no dia seguinte. Tomei a estrada de terra, esburacada na época, bem entre as localidades de Baependi e São Tomé. Os caminhões que desciam carregados de pedras do alto das montanhas abriam sulcos no meio da estrada, prejudicando a passagem dos carros pequenos.

Eu tinha um velho Fusca e subi devagar a serra. Depois de duas horas passando por matas e montanhas, avista a povoação.

Diferente de tudo que houvera visto, o panorama em um céu muito azul e sol brilhante transformava a brancura das pedras em visão totalmente mística. Casas de pedras sem utilização nenhuma de massa de cimento. Pedra sobre pedra ajustadas como as pirâmides do Egito. Uma velha igreja, totalmente de pedra e edificada pelos escravos, marcando o tempo de sofrimentos e esperanças do sofrimento do povo. A gruta de São Tomé, com

escritos até hoje não decifrados, de atração turística.

O silêncio da cidade, quebrado uma vez ou outra somente por explosão para tiragem de pedras no alto das montanhas. O misticismo do local das pedreiras, ideal para o aparecimento freqüente de pessoas ligadas ao astral e, segundo os ufologistas, para os discos voadores.

Parei no primeiro estabelecimento de comércio que encontrei. Pequeno, com algumas bebidas, na sua maioria garrafas de pinga da região. Material de plástico, bacias, copos e outros artigos. Um queijo pela metade dentro de um prato onde moscas faziam acrobacias aéreas. Um pequeno balcão e uma vitrine sem mercadoria.

O comerciante me olhou com preguiça, palitou pachorrentamente um dente.

Coloquei a pasta no balcão.

– Boa tarde. Sou fiscal do INPS e solicito documentos desta relação.

O proprietário olhou e falou, de maneira bem caipira:

– Óia moço, eu não quero fazê parte de nenhum crube de futibór. Nós aqui só torce pro time da cidade.

Gastei mais de meia hora explicando os benefícios da Previdência – a obrigatoriedade da contribuição, a unificação dos ex-institutos, que passaram a denominar-se INPS, e o auxílio-doença. Nada adiantou, pois ouvi a seguinte resposta:

– Escuta aqui, fiscar. Não adianta nada. Se servi pra quando eu ficá doente, eu já vivo doente. Pode perguntá pra minha mulhé. Eu não posso ir pra cama fazê besteira quála, que me desce uma dor da cabeça pros pé que acabo deitado uma semana.

Depois de ouvir, nada mais acrescentei.

Enviei a notificação pelo Correio.



▶ Aniversariantes - Agosto de 2012

Ilza Rodrigues de Souza	01
Gercino Parreiras da Silva	02
Joaquim Jarbas de Oliveira Viana	02
Etelvina Maria da Rocha	02
Olga Rodrigues de Paula	02
Sebastião Carvalho	03
Therezinha de Jesus Cruz Martins de Freitas	03
José Aparecido de Castro	03
Celma Marques Modesto	05

Sidney Nery	07
Dileia Marly Thomaz Siuves Tavares	07
Silvio Carlos Roque de Faria	08
Helena Carvalho da Fonseca	08
Maria Ignez Paes Barreto	08
Therezinha de Aquino Guerra	08
Edna das Mercês Mendes	09
Maria do Carmo Ferreira Furtado	09
Helio Fabio Pereira	10
Carlos Victor Mascarenhas Rocha	10
Maria da Conceição Souza Linhares	11
Edward Castro Dias	11
Teresa Cristina de Oliveira Rosa	12
Valquíria Valadão	12
Clarice de Almeida Mesquita	12
Maria Lucia Carazza Ferreira	13
Mariza Barbosa de Abreu Leonardo	13
Nilton Machado	15
Ivone Amancio da Silva	15
Monica Assunção Polignano	15
Maria das Gracas Rocha da Silva	16

Milton Walter dos Santos	16
Evandro Cesar de Almeida Carneiro	16
José da Cruz Machado	17
Clarisse de Paiva Garcia	17
Vicentina Gonçalves Vieira Silvério	17
Danilo Drumond Avelino	17
Oscar Pedrosa	18
Clelia Perazzoni Gabriel	18
José Carlos R. da Silva Lara	19
Helénice Silva Rocha	19
Ana Maria Morais da Silva	19
José Fabiano	20
Maria Stella Gazzinelli de Oliveira	20
Cláudio Maia	20
Geraldo José Januário	20
Paulo Alvarenga de Faria	21
Maria da Glória Ferreira Pimenta	21
Luci Porto Teixeira Leite	21
Valéria Ragonezi Resende Avelino	21
Lêda Teixeira	22
Ceres Alves Nogueira	22

Angela Maria Moreira Canut	23
David Ferreira	24
José Maércio Pereira	24
EUnício França	24
Nanci Bicalho de Padua Freitas	24
Luiz Sérgio Fonseca Soares	25
Juliana de Araujo Mart Alves	25
Maria das Gracas Maciel Vidigal	25
Ivoni Veneranda Gobbi Lima	27
Cristina Mendes Raid	27
Ilva Maria Franca Lauria	28
Agostinha Duarte Lobo	28
Norvindo Teixeira Trindade	28
Rosimeire da Silva	28
Maria Coelho Duarte	28
Carlos Augusto de Lima Brandão	28
Maria Leticia Rocha Pimenta	29
Mário Lúcio Guerra	30
Carlos Luiz Silva	30
Licurgo Leao Silveira	31
Valdelice Cunha de Almeida	31



Edifício JORGE CURY

O Edifício JORGE CURY tem 14 apartamentos de 4 quartos, dos quais apenas 4 estão disponíveis. Os outros 10 já estão vendidos.

Marcelo Mourão, irmão da associada Bernadette Mourão, está montando o grupo de condôminos para o prédio, no Bairro Buritis, cujo início da obra está previsto ainda para este semestre. Marcelo e sua equipe trabalham com construção em regime de obra por administração a preço de custo há 21 anos, período em que foram concluídos 23 prédios.

O SHOPPING PARAGEM, também localizado no Buritis, foi outra obra idealizada e construída por eles.

Vários colegas Auditores-Fiscais já participaram e conhecem a seriedade, solidez e retorno desta modalidade de investimento.

Havendo interesse, contatar Bernadette Mourão ou Marcelo Mourão.

Bernadette Mourão:

Cel: (31) 8843-1079

Com: (31) 3546-9234 (Eqprof – sala 824)

Res: (31) 3275-1079

Marcelo Mourão:

Cel: (31) 9305-1065

Com: (31) 3337-1222

(Shopping Paragem)

Falecimento

Lamentamos o falecimento dos associados:

■ **Antônio Natalino Franca** – Aposentado / Tiradentes-MG – Em 09/05/2012 ■ **Mozart Magalhães Pinto** – Aposentado / Uberlândia-MG – Em 27/07/2012 ■ **Ibrahim Jacob** – Aposentado / Ubá-MG – Em 18/06/2012 ■ **Darwin Sandino de Castro** – Aposentado / Sete Lagoas-MG – Em 05/08/2012 ■ **Carlos Augusto de Lima Brandão** – Aposentado / Santa Luzia-MG – Em 02/08/2012

Desejamos força às famílias e aos colegas que se foram, que Deus ilumine seus caminhos.

Aniversariantes - Setembro de 2012

Mário Lúcio da Cunha.....01	Maria de Fátima Vital.....12	Cléa Márcia de Almeida.....18	Ailton Pereira Botelho.....27
José Viana de Oliveira Filho.....01	Lady Aparecida Machado Coutinho.....12	Lúcio Perotti Cantudo.....18	Yêda Therezinha Riveres Machado.....28
Eponina de Quadros Moreira.....02	Regina Coeli Sisterolli Rogana.....13	Maria das Graças Miranda Horta.....18	Maria Aparecida Machado.....28
Maria Laurita dos Santos.....03	Maurílio Carneiro Coura.....13	Maria Eterna Martins de Oliveira.....19	Rosângela Nunes Pereira.....28
Pedro Baliana Neto.....03	Janete Feler.....13	Alberto Benhur.....20	Maria Henriqueta Knüpfer.....28
Reinaldo Esteveao Barros.....04	Elza Ferraz de Castro.....14	Sylvio de Almeida Gonçalves.....20	Fernando Faria de Siqueira.....29
Maria Elvira Ogliaro.....04	Cláudio Carneiro Pinto.....14	Maria das Dores Cardoso Rodrigues.....20	Jeanne Maria Auxiliadora Coutinho.....29
Cristina Marques Gontijo.....05	Nice Coelho de Andrade.....14	Atayde José Guimarães.....20	MARA Rubia Figueiredo Cruz.....29
Edethildes Mendes Pinto.....05	Rosane Maria Ferreira da Silva.....14	Fernando Hugo Resende Salgado.....21	Sérvulo Francisco Fajardo de Campos.....30
Paulo Sergio Lages.....06	Aureo Gaudencio.....14	Rosane Barros Vianna Santos.....21	Heliane Muniz Santos.....30
José Armando Estellai.....07	Ana Emília Wanderley Roosevelt Coutinho.....14	Livia Lara Reis.....22	
Regina Ribeiro da Silva.....07	Maria das Graças Santos Timponi.....15	Maria Regina Gomes Paletta.....22	
Antônio Malta Vieira.....07	José Perdigoão.....15	Vinicius Alves da Cruz.....23	
Sônia Maria Macedo de Rezende.....08	Herbert Monteiro Andrade.....15	Zelita Vidal de Freitas.....23	
Márcio Soares Pereira.....08	Victor Cunha.....15	Natividade Irene Cattete De Athayde.....23	
Cláudia Cunha de Almeida.....08	Maria Elizabeth de Faria Kindlé.....16	Hermann de Almeida.....24	
José Sérgio de Andrade.....09	Maria das Mercedes Soares.....16	Maria Aparecida Borges Lara.....24	
Raquel Barroca Xavier Rocha.....10	Sandra Maria Ricaldoni Lima.....17	Beatriz Campos Brasil da Fonseca.....25	
Sebastião Bolivar Guerra Lage.....11	Márcia Grossi de Mattos.....17	Sérgio Fontes Bessa.....25	
Andrea Mourao Vorcaro Toledo.....11	Teresa Cristina de Faria E Silva.....18	Maria do Céu Alvarenga.....25	
Lamarck Carvalho Reis.....11	Fernando Mota Moura.....18	Simone Gomes de Faria.....25	

A ANFIP-MG deseja muitas felicidades, saúde e paz a todos os aniversariantes dos meses de agosto, setembro e outubro!

Aniversariantes - Outubro de 2012

Maria Odila de Lima Garcia.....01	Olinto Dorneles Faria.....09	Elvira Corrêa da Silva.....17	Mário Gomes Ferreira.....24
Luis Carlos Miranda Smith.....01	Naciffe Jacob.....09	Hebe Ribeiro Portella.....17	Terezinha Ribeiro Zanoni.....25
Ângela Terezinha de Castro Ferreira.....02	Maria Selma de Carvalho.....10	Iracema Arantes Corrêa.....17	Ozair Geraldo dos Santos.....25
Maria Emília de Magalhães Barreto.....02	Ledamar Graças Marques.....11	Márcio Geraldo Azeredo Horta.....18	Marinea Gonçalves Lemos.....25
Márcia Cabral Pinto.....02	Felix Pereira de Andrade.....11	Roberto Ventura.....18	José de Paula Silveira.....25
Eduardo Tadeu Farah.....03	Isac Jacob Joukhadar.....12	Nacipe Jacob.....18	Wilma Beatriz de Freitas Pinto Coelho.....27
Maria de Fatima Silvestre.....03	Paulo Duarte Pessoa.....12	Jane de Figueiredo Passos.....18	Rogério Branco Cerqueira.....27
Aristea Fonseca Barbosa.....04	Maria de Lourdes Miranda do Vale.....12	Edson Von Sucro Junior.....18	Silvano Antônio Moreira.....27
Nadir Maria Carvalho dos Santos.....04	Heber Gideoni Batista.....13	Lúcia de Castro Lima.....19	Geraldo Alves de Souza.....27
Francisco de Assis Silva Araújo.....04	Efigenia Chaves Janoni.....13	Márcia Therezinha Martins Rosa.....19	Marcos Barbonaglia da Silva.....28
Otávio Rodrigues Souza Filho.....04	Mário Borges do Amaral.....13	Mara Calabria.....19	Victorino Sergio Meirelles.....28
Sônia Maria Aguiar Siqueira.....05	Cyro Moraes da Franca.....13	William José Devoti.....19	Maria Auxiliadora Alves Ferreira.....29
Djalma de Almeida Porto.....05	Yvone Lacerda Machado.....14	Margarida Grichtolik Paiva.....20	Catharina Evanda Silveira.....29
Márcia Maria de Souza Correa.....05	Antonio Augusto Garcia.....14	Miguel Farah.....20	Ilka Pereira Coutinho.....30
MariAngela Eduarda Braga Binda.....06	Elson Jesus Vieira.....15	Maria de Lourdes Fernandes.....21	Ademir Ribeiro de Sousa.....30
Francisco Carlos Arriel.....06	Monica Cesar Lafeté Couto.....16	Geraldo Márcio Secundino.....21	José Queiroz.....30
Jesus Aristoteles de Faria.....07	Cyrene Guimarães Figueiredo.....16	Vera Lúcia da Silva Ferreira.....22	Jairo Luiz Ragone de Araújo.....30
Glaston Urbano Ribeiro.....07	Humberto de Berredo Menezes.....16	Edson Kurschus de Oliveira.....22	Oly Lopes de Oliveira.....30
Nadyr Gomes Pereira.....08	Joelson Souza Oliveira.....16	José Januário Araújo Filho.....22	Ana Paula da Silva.....31
Alairton Jose de Souza.....08	Maria da Conceição Chaves Campos.....17	Elizabeth Vaz Barbosa.....23	Maria Auxiliadora Soares Ferreira.....31
Ana Maria Castro Nascimento.....09	Telma do Carmo Ferreira.....17	Conceição de Lourdes Panattoni Chaves.....23	Reginaldo Marques Botelho.....31
Ivone de Sousa Barbosa.....09	Mariza Maria Roman Guerra.....17	Perseveranda Jiran Ferreira.....23	Antônio Medeiros da Silva.....31

TRABALHADORES DOMÉSTICOS

Conquista de direitos importantes

O jornal O Fiscal inicia, a partir desta edição, uma série de reportagens sobre os direitos e obrigações dos trabalhadores e empregadores domésticos. A ANFIP-MG acredita na importância de os associados se informarem sobre o tema, pois muitos contam com o trabalho dessa categoria profissional. O objetivo é esclarecer dúvidas sobre as providências indispensáveis para manter seus empregados domésticos de forma legal, além de alertar para a escassez provocada pelo custo de manutenção dessa mão de obra. Acompanhe também a evolução da profissão ao longo dos anos.

A discussão sobre a ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos

Está em tramitação no Congresso Nacional a PEC 114/2011, da deputada Gorete Pereira (PR-CE), que amplia os direitos dos trabalhadores domésticos, equiparando-os aos demais trabalhadores urbanos e rurais, por meio da alteração do parágrafo único do artigo 7º da Constituição. De acordo com a parlamentar, a alteração se torna necessária, pois não é possível manter, nas relações de trabalho doméstico, o “ranço do nosso passado escravocrata”. A PEC já foi aprovada no Senado Federal.

A discussão ganhou corpo a partir da aprovação, pela Organi-

zação Internacional do Trabalho (OIT), da Convenção 189, em 16 de junho de 2011, que normatiza as condições dos trabalhadores domésticos no mundo inteiro, equiparando seus direitos aos dos demais trabalhadores. A Convenção ainda não foi ratificada pelo Brasil, mas isso deverá ocorrer em breve, o que irá obrigar o país a adequar sua legislação a respeito do assunto. Diante do cenário, a deputada engatilha o processo de alteração.

Histórico do trabalho doméstico no Brasil

Até 1972, os trabalhadores domésticos estavam completamente desamparados em termos de direitos trabalhistas e previdenciários. Com a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, (regulamentada pelo Decreto nº 71.885, de 9 de março de 1973), que definiu sua profissão e seus respectivos direitos e deveres – tanto na área trabalhista como na previdenciária – eles tiveram

a possibilidade de assinar carteira, gozar férias, se aposentar, assegurar auxílio-doença, pensão por morte e auxílio reclusão aos dependentes (**ver box**). A Constituição de 1988 ampliou esses direitos, mas ainda ficaram de fora outros como: FGTS, salário-família e benefícios decorrentes de acidentes do trabalho.

Em 2001, a Lei nº 11.208, de 23 de março, acrescentou dispositivo à Lei nº 5.859/72, para facultar o acesso ao FGTS e ao seguro desemprego. Em 2006, a Lei nº 11.304, de 19 de julho, estabeleceu que o direito ao gozo de férias anuais, antes de 20 dias úteis, seria de 30 dias corridos.

As propostas de reformas em tramitação no Congresso Nacional, na prática, significam que se pretende assegurar aos trabalhadores domésticos direitos ainda não reconhecidos, como o recebimento de horas extras, adicional noturno, salário-família, FGTS obrigatório, seguro desemprego, benefícios decorrentes de acidente do trabalho, adicional de periculosidade e insalubridade.

As consequências das modificações na legislação

Como em toda alteração legal, faz-se necessário refletir sobre suas consequências. Se por um lado é justo conferir aos empregados domésticos os direitos assegurados aos demais empregados, por outro se corre o risco de haver perda significativa do número de postos de trabalho.

Com a evolução do salário mínimo ao longo dos anos, a queda nas taxas de desemprego, aumento de encargos e a alta procura pelos profissionais do segmento, a manutenção de trabalhadores domésticos pelos empregadores torna-se cada vez mais onerosa, o que acaba incentivando a ilegalidade.

Relatório da OIT, publicado em 2010, aponta que o trabalho doméstico no Brasil é realizado primordialmente por mulheres – em sua maioria, negras – e que menos de 30% do total delas têm carteira assinada e acesso à previdência social. Alia-se a isso o fato de que os jovens, em geral, estão sempre em busca de mais valorização no mercado de trabalho, contribuindo para a escassez de mão de obra no segmento.

Por integrar o orçamento doméstico, muitas famílias já não contam com empregada doméstica (ou empregado) e optam por diarista, justamente com a intenção de afastar o vínculo empregatício e se livrar das obrigações trabalhistas.

Fique atento para não ter dor de cabeça

Nas próximas edições vamos nos aprofundar nas diferenças entre empregados domésticos e domésticos diaristas, esclarecer dúvidas diversas – como aquelas sobre alíquotas de contribuição, valores de décimo terceiro salário, entre outras – e orientar quem deseja legalizar a relação de trabalho com seu empregado doméstico. Você também pode enviar dúvidas pelo email anfipmg@terra.com.br. Acompanhe!

Direitos dos trabalhadores domésticos previstos na Constituição Federal

- | | |
|--|--|
| 1. Carteira de Trabalho e Previdência Social, devidamente anotada; | prejuízo do emprego e do salário; |
| 2. Salário mínimo fixado em lei; | 11. Licença-paternidade de 5 dias corridos; |
| 3. Irredutibilidade salarial; | 12. Auxílio-doença pago pelo INSS; |
| 4. 13º (décimo terceiro) salário; | 13. Aviso prévio de, no mínimo, 30 dias; |
| 5. Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; | 14. Aposentadoria; |
| 6. Feriados civis e religiosos; | 15. Integração à Previdência Social; |
| 7. Férias de 30 (trinta) dias remuneradas; | 16. Vale-Transporte; |
| 8. Férias proporcionais, no término do contrato de trabalho; | 17. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), benefício opcional; |
| 9. Estabilidade no emprego em razão da gravidez; | 18. Seguro-Desemprego concedido, exclusivamente, ao(à) empregado(a) incluído(a) no FGTS. |
| 10. Licença à gestante, sem | |

Custeio 2012 dos planos da GEAP

A GEAP estabeleceu novo custeio dos planos de saúde administrados pela Fundação para o ano 2012, conforme RESOLUÇÃO GEAP/CONDEL N° 616/2012. O novo custeio tem por base de cálculo a remuneração e a idade de cada beneficiário inscrito.

Para os servidores do Ministério da Fazenda/ Receita Federal.

A alteração no valor da contribuição a partir do contracheque de 06/2012 está de acordo com o Terceiro Termo Aditivo assinado com o **Ministério da Fazenda** que tem por objeto a **adequação do custeio aos termos da Resolução/GEAP/CONDEL/N° 497/10 - Custeio 2011**, vencido em 08/2011, assinado somente em

06/2012, o que gerou a cobrança retroativa do valor da contribuição, que está programada para desconto no período de junho de 2012 a março de 2013 no contra cheque dos servidores.

Este custeio tem como base de cálculo somente a faixa de remuneração do titular. Sendo assim, quem pagava o valor de contribuição de R\$95,90 para cada beneficiário inscrito, passou a contribuir com o valor de R\$ 135,56, mais a diferença de R\$ 39,66, para cada beneficiário, até o contracheque do mês 03/2013. Segue ao lado o extrato do Termo Aditivo.

Para o custeio 2012, o Ministério da Fazenda vai assinar com a GEAP, em até 60 dias, um novo convênio, de acordo com a RESOLUÇÃO GEAP/CONDEL N° 616/2012. Por se tratar de novo

GEAPSaúde II	
Faixa de Remuneração	Valor da Contribuição por Beneficiário
R\$ 0,00 – R\$ 1.499,00	R\$ 89,05
R\$ 1.500,00 – R\$ 1.999,00	R\$ 93,93
R\$ 2.000,00 – R\$ 2.499,00	R\$ 101,13
R\$ 2.500,00 – R\$ 2.999,00	R\$ 106,32
R\$ 3.000,00 – R\$ 3.999,00	R\$ 111,02
R\$ 4.000,00 – R\$ 5.499,00	R\$ 128,09
R\$ 5.500,00 – R\$ 7.499,00	R\$ 131,74
R\$ 7.500,00 ou mais	R\$ 135,56

convênio, não haverá cobrança retroativa.

A contribuição integral do plano **GEAPSaúde II** para o pensionista, titular e seus dependentes previstos nos regulamentos dos planos

– custeio 2012 – será de acordo com as faixas etárias e as faixas de remuneração dos titulares e a faixa etária dos dependentes, por beneficiário inscrito, conforme as tabelas abaixo:

1º Quadro – Valor de contribuição do Patrocinador (Ministério da Fazenda):

Quadro 1 - Valores de contribuição dos patrocinadores conforme Portaria Conjunta MP/SRH n° 01/2009										
Faixa Remuneração / faixa etária	0 a 18	19 a 23	24 a 28	29 a 33	34 a 38	39 a 43	44 a 48	49 a 53	54 a 58	59 ou mais
Até 1.499,99	106,00	111,00	111,00	117,00	117,00	117,00	123,00	123,00	123,00	129,00
1.500,00 a 1.999,99	101,00	106,00	106,00	111,00	111,00	111,00	117,00	117,00	117,00	123,00
2.000,00 a 2.499,99	96,00	101,00	101,00	106,00	106,00	106,00	111,00	111,00	111,00	117,00
2.500,00 a 2.999,99	92,00	96,00	96,00	101,00	101,00	101,00	106,00	106,00	106,00	111,00
3.000,00 a 3.999,99	87,00	92,00	92,00	96,00	96,00	96,00	101,00	101,00	101,00	106,00
4.000,00 a 5.499,99	79,00	81,00	81,00	83,00	83,00	83,00	84,00	84,00	84,00	86,00
5.500,00 a 7.499,99	76,00	77,00	77,00	79,00	79,00	79,00	80,00	80,00	80,00	82,00
Acima de 7.500,00	72,00	73,00	73,00	75,00	75,00	75,00	76,00	76,00	76,00	78,00

2º Quadro – Valor total da contribuição (Patrocinador (MF) + Beneficiário):

Quadro 2 - GEAP SAÚDE - Valor Total (patrocinador + beneficiário)										
Faixa Remuneração / faixa etária	0 a 18	19 a 23	24 a 28	29 a 33	34 a 38	39 a 43	44 a 48	49 a 53	54 a 58	59 ou mais
Até 1.499,99	116,00	131,00	156,00	176,00	201,00	216,00	256,00	306,00	366,00	413,00
1.500,00 a 1.999,99	118,00	133,00	158,00	178,00	203,00	218,00	258,00	308,00	368,00	421,00
2.000,00 a 2.499,99	120,00	135,00	160,00	180,00	205,00	220,00	260,00	310,00	370,00	429,00
2.500,00 a 2.999,99	122,00	137,00	162,00	182,00	207,00	222,00	262,00	312,00	372,00	437,00
3.000,00 a 3.999,99	124,00	139,00	164,00	184,00	209,00	224,00	264,00	314,00	374,00	445,00
4.000,00 a 5.499,99	126,00	141,00	166,00	186,00	211,00	226,00	266,00	316,00	376,00	453,00
5.500,00 a 7.499,99	128,00	143,00	168,00	188,00	213,00	228,00	268,00	318,00	378,00	461,00
Acima de 7.500,00	130,00	145,00	170,00	190,00	215,00	230,00	270,00	320,00	380,00	469,00

3º Quadro – Valor de contribuição por beneficiário inscrito:

Quadro 3 - GEAP SAÚDE - Valor beneficiário										
Faixa Remuneração / faixa etária	0 a 18	19 a 23	24 a 28	29 a 33	34 a 38	39 a 43	44 a 48	49 a 53	54 a 58	59 ou mais
Até 1.499,99	10,00	20,00	45,00	59,00	84,00	99,00	133,00	183,00	243,00	284,00
1.500,00 a 1.999,99	17,00	27,00	52,00	67,00	92,00	107,00	141,00	191,00	251,00	298,00
2.000,00 a 2.499,99	24,00	34,00	59,00	74,00	99,00	114,00	149,00	199,00	259,00	312,00
2.500,00 a 2.999,99	30,00	41,00	66,00	81,00	106,00	121,00	156,00	206,00	266,00	326,00
3.000,00 a 3.999,99	37,00	47,00	72,00	88,00	113,00	128,00	163,00	213,00	273,00	339,00
4.000,00 a 5.499,99	47,00	60,00	85,00	103,00	128,00	143,00	182,00	232,00	292,00	367,00
5.500,00 a 7.499,99	52,00	66,00	91,00	109,00	134,00	149,00	188,00	238,00	298,00	379,00
Acima de 7.500,00	58,00	72,00	97,00	115,00	140,00	155,00	194,00	244,00	304,00	391,00

Música de seresta dá o tom no Auditor Talento Musical

O projeto Auditor Talento Musical não para. No dia 2 de agosto, quem se apresentou foi o Auditor-Fiscal Osvaldo Magalhães, acompanhado pelo grupo Brasil Musical. Eles executaram o melhor da música de seresta e sambas de raiz para grande público presente no Pizza Bar, em Belo Horizonte.

E no dia 13 de setembro tem mais!

Quem vai desfilir seu talento é o colega Ailton Botelho, com o seu Forró Jequitilavras. O evento acontece a partir de 20h. Reservas de mesas devem ser feitas pelo telefone (31) 3274-3136.

O projeto, realizado pela ANFIP-MG, em parceria com os produtores musicais Luiz Trópia e Tadeu Martins, é um show musical com a apresentação de um AFRFB, que acontece toda primeira quinta-feira do mês, no Pizza Bar,

em Belo Horizonte.

Ele tem por objetivo promover a integração entre os colegas Auditores-Fiscais, sejam associados da ANFIP-MG ou não. Por isso, a entidade espera que você aproveite esta oportunidade de confraternização que estamos oferecendo. Vá com a família e os amigos e prestigie!



Churrasco de confraternização em Juiz de Fora



Associados de Juiz de Fora e região confraternizaram-se em um animado churrasco realizado pela ANFIP-MG no dia 18 de agosto, na cidade, regado a refrigerante, cerveja e sobremesa.

Iniciativa dos AFRFB Cecília Buzzelli dos Santos e Carlos Roberto Bispo, o evento demonstra a possibilidade de participação dos colegas do interior nas realizações



da ANFIP-MG.

A entidade sempre apoia as iniciativas dos representantes locais em prol de todos os associados e incentiva a presença dos colegas nos eventos que acontecem na



capital.

Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Ilva Maria Franca Lauria (presidente do Conselho Executivo); Adelmo França Malta (vice-presidente de Aposentados, Pensionistas e Serviços Assistenciais); Ademir Ribeiro de Sousa (vice-presidente de Esportes e Eventos Sociais); Márcio Soares Pereira (vice-presidente

de Comunicação Social e Relações Públicas); e Nelson Madalena Penitente (vice-presidente de Assuntos Jurídicos).

Nota: Quer promover algum evento em sua localidade? Procure o representante e comunique à ANFIP-MG para providenciar o que for necessário, inclusive à divulgação. A Associação é para todos!

Posse da nova diretoria da Associação

A solenidade de posse dos membros dos Conselhos Executivo e Fiscal da ANFIP-MG, eleitos para o biênio 2012/2014, será realizada no dia **14 de setembro de 2012, às 20h**, no Crea Cultural, localizado à Av. Álvares Cabral, 1.600, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte. Prestígio!

Nota: é necessário confirmar presença até o dia **11 de setembro**.

Festa de Aniversariantes

A Festa de Aniversariantes do trimestre (julho, agosto e setembro) será realizada no dia 28 de setembro, na sede da Associação, a partir de 18h30.

No primeiro evento realizado pela nova diretoria haverá

rodízio de pizza e petiscos em geral (comida de boteco), além de música de boa qualidade.

Aproveite a oportunidade para rever os colegas. Não perca!

Nota: é necessário confirmar presença até o dia **25 de setembro**.